

Balanco Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31.03.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	225.423	220.629
Contas a Receber	5	4.339	1.964
Despesas Antecipadas	6	660	685
Estoques	7	2.011	1.774
Outros Créditos		172	3
Total dos Ativos Circulantes		232.605	225.055
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		22.867	26.158
Depósitos Judiciais	8	942	702
Tributos a Recuperar	9	21.925	25.456
Ativo Intangível	10	60.351	57.365
Total dos Ativos Não Circulantes		83.218	83.523
TOTAL DOS ATIVOS		315.823	308.578
PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores	11	1.951	1.388
Obrigações Tributárias	12	1.941	2.123
Obrigações Trabalhistas	13	4.338	4.391
Dividendos Propostos	14	48.209	48.209
Outras Obrigações	15	734	654
Total do Passivo Circulante		57.173	56.765
Não Circulante			
Provisão para Contingências	16	667	3.507
Total do Passivo Não Circulante		667	3.507
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	97.429	97.429
Reserva de Lucros		160.554	150.877
Reserva Legal	18	3.510	3.510
Retenção de Lucros	19	124.434	124.434
Lucro a disposição da AGO		32.610	22.933
Total do Patrimônio Líquido		257.983	248.306
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		315.823	308.578

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota	1T2025	1T2024
Receita Operacional Líquida	20	24.819	21.610
Receita Líquida de Serviços	20	21.077	19.339
Receita de Construção	20	3.742	2.271
Custo dos Serviços Prestados		(15.025)	(10.798)
Custo dos Serviços Portuários	21	(7.571)	(5.474)
Custo com Mão de Obra Direta	22	(2.956)	(2.505)
Amortizações	23	(756)	(548)
Custo de Construção	24	(3.742)	(2.271)
Lucro Bruto		9.793	10.812
Despesas		(5.889)	(5.072)
Despesas com Pessoal	25	(3.914)	(3.623)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(1.291)	(1.421)
Outras Despesas e Receitas	27	(684)	(29)
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		3.904	5.739
Resultado Financeiro		6.418	5.140
Receitas Financeiras	28	6.423	5.148
Despesas Financeiras		(5)	(8)
Resultado Antes dos Tributos		10.322	10.879
Tributos Sobre o Lucro	29	(645)	(930)
Contribuição Social		(645)	(930)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.677	9.949
Lucro Líquido por Ação (Em Reais)		R\$ 0,10	R\$ 0,10

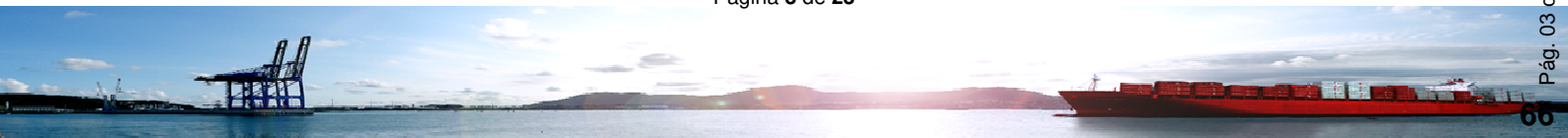
As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Totais
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Disposição da AGO			
Saldo em 31.12.2023	97.429	1.901	97.489	26.945	-	-	223.764
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	9.949	-	9.949
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	9.949	(9.949)	-	-
Saldo em 31.03.2024	97.429	1.901	97.489	36.894	-	-	233.713
Destinação para Reservas	-	-	26.945	(26.945)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	22.237	-	22.237
Constituição de Reserva Legal	-	1.609	-	-	(1.609)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(7.644)	-	(7.644)
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	12.984	(12.984)	-	-
Saldo em 31.12.2024	97.429	3.510	124.434	22.933	-	-	248.306
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	9.677	-	9.677
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	9.677	(9.677)	-	-
Saldo em 31.03.2025	97.429	3.510	124.434	32.610	-	-	257.983

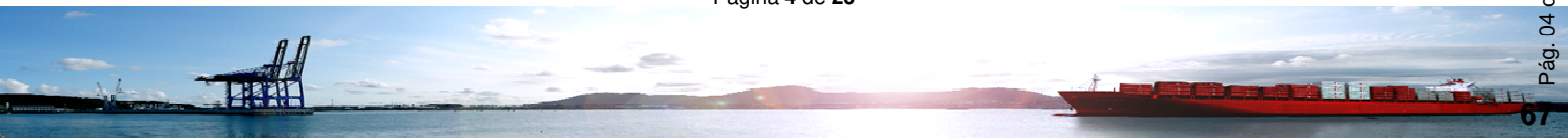
As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Milhares de Reais)

	1T2025	1T2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	10.322	10.879
Amortizações do Ativo Intangível	756	548
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(2.376)	735
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	25	71
(Aumento)/Redução em Estoques	(237)	(179)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(169)	(21)
(Aumento)/Redução em Realizável a LP	3.291	3.155
Aumento/(Redução) em Fornecedores	564	(199)
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	(182)	187
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	(53)	(336)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	80	494
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	(2.840)	(63)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(645)	(930)
Fluxo de Caixa Gerado	8.536	14.341
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(3.742)	(2.271)
Fluxo de Caixa Aplicado	(3.742)	(2.271)
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	4.794	12.070
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	220.629	186.412
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	225.423	198.482

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	1T2025	1T2024
Receita Gerada	28.321	24.823
Receita de Serviços Prestados	24.579	22.552
Receita de Construção	3.742	2.271
Custo com Insumos Adquiridos de Terceiros	(14.065)	(9.758)
Serviços de Terceiros	(6.012)	(4.708)
Energia Elétrica Consumida	(330)	(345)
Outros Insumos	(3.981)	(2.434)
Custo de Construção	(3.742)	(2.271)
Valor Adicionado Bruto	14.256	15.065
Depreciação e Amortização	(756)	(548)
Valor Adicionado Líquido	13.500	14.517
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	6.736	5.148
Valor Adicionado a Distribuir	20.236	19.665
Pessoal e Encargos	6.870	6.128
Remuneração Direta	5.508	3.771
Fundo de Garantia	303	270
Benefícios	1.059	2.087
Impostos, Taxas e Contribuições	3.684	3.580
Federais	2.455	2.453
Municipais	1.229	1.127
Remuneração de Capitais de Terceiros	5	8
Despesas Financeiras	5	8
Remuneração do Capital Próprio	9.677	9.949
Lucros Retidos para os Acionistas	2.419	2.487
Lucros Retidos em Reservas	7.258	7.462

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, com possibilidade de prorrogação. A Companhia possui como objeto social a administração da infraestrutura portuária do Porto organizado de Imbituba.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404 de 1976 e suas alterações e a de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente Demonstração é apresentada nos termos do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 02 de setembro de 2025.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

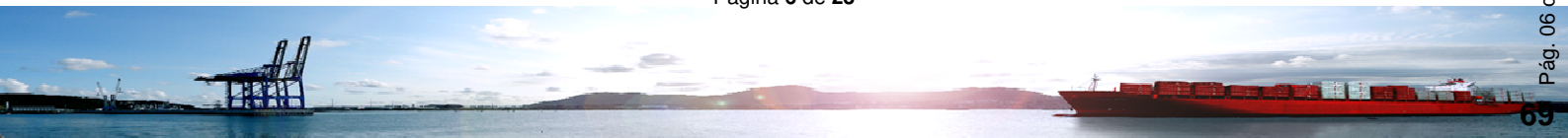
2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostas nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios findos apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta Companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei Federal nº 6.404 de 1976 e suas alterações – Lei das Sociedades por Ações, juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

firmado em 18 de setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da Companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio. Os bens construídos e adquiridos pela Companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do *ICPC 01 – Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A Companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de dezembro de 2011. A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo as principais receitas originadas de contratos de arrendamento e tarifas de natureza pública. As tarifas públicas são aquelas previstas na Tabela de Tarifas do Porto de Imbituba, aprovadas pelo Acórdão n. 435/2022 ANTAQ, sendo assim compreendidas: Tabela I (Infraestrutura de Acesso Aquaviário), remunerado pelo porte dos navios atracados no Porto, aferido pela tonelagem porte bruto da embarcação; Tabela II (Instalações de Acostagem), remunerado pela dimensão da embarcação e tempo de permanência atracado; Tabela III (Infraestrutura Operacional ou Terrestre), remunerado pela quantidade em toneladas de carga movimentada; Tabela V (Utilização de Infraestrutura de Armazenagem), remunerado pelo tempo de estadia de cargas nos armazéns públicos; Tabela VII (Diversos Padronizados), o qual compreende a utilização de serviços e insumos fornecidos pela Autoridade Portuária; Tabela VIII (Uso Temporário e Arrendamento Simplificado), e Tabela IX (Complementares). Já as receitas decorrentes de contratos de arrendamento compreendem: Outorga Fixa: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pelo metro quadrado de área

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

disponibilizada; f) Receita Operacional de Arrendamentos: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres movimentados; g) Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “take-or-pay”.

3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. Conforme item 43 da OCPC 05, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que há a terceirização dos serviços. O item 14 do ICPC 01 R1 determina que o concessionário contabilize as receitas e custos relativos aos serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. não tem como objeto social os serviços de construção, mas a administração da infraestrutura portuária, sendo que para a melhoria das instalações portuárias realiza licitações públicas para contratação e execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução dos serviços. Desta forma, a Companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade, sendo apresentado integralmente a receita e o custo de construção em valores equivalentes, não modificando os resultados apresentados no exercício social.

3.5 Tributos

A provisão para contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis. A provisão para contribuição é aplicada a alíquota de 9% (nove por cento). Quanto ao Imposto de Renda - IRPJ, não há valores devidos pela companhia em face da decisão judicial em 19 de outubro de 2022 na ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 em que reconheceu a Imunidade Tributária Recíproca da companhia, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998.

3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.8 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar de fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos médios de liquidação serem inferiores a 60 (sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da Companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representada pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerado em média de 75% a 100% da variação da CDI. Os valores estão representados a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Bens Numerários disponível em Caixa	6	1
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	225.417	220.628
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	225.423	220.629

5. Contas a receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos as receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, observados ainda as particularidades previstas em contrato. A Companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.8.

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer em até 30 dias	4.339	1.964
Saldo a receber Take or Pay TECON [a]	202.859	202.859
(-) Suspensão Judicial TECON [a]	(202.859)	(202.859)
Total	4.339	1.964

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

a) A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. logrou êxito em seu pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 junto a 1º Vara Federal Cível da SJDF para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula *take or pay* junto ao Arrendamento do Terminal de Contêineres. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento.

6. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas representam valores decorrentes de seguros a apropriar e compensação ambiental a apropriar.

	31/03/2025	31/12/2024
Seguros a Apropriar	56	161
Compensação Ambiental a Realizar	604	524
Total	660	685

7. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

	31/03/2025	31/12/2024
Material de Expediente	51	54
Material de Limpeza	57	65
Material de Manutenção Civil	452	441
Material de Manutenção Elétrica	898	858
Material de Manutenção Tecnológica	436	238
Material de Saúde e ST	117	118
Total	2.011	1.774

8. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais de natureza regulatória, trabalhista ou tributária, conforme assim detalhado:

	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais Antaq	131	130
Depósitos Judiciais Trabalhistas	403	492
Depósitos Judiciais Tributários	120	80
Depósitos Recursais	288	-
Total	942	702

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

9. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar representam os valores decorrentes de imposto de renda pago indevidamente pela Companhia e devidamente habilitados junto à Receita Federal do Brasil, em virtude do trânsito em julgado da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 19 de outubro de 2022, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo o período de dezembro/2012 a março/2018. Os valores estão sendo compensados por tributos de natureza federal, nos termos da legislação vigente.

	31/03/2025	31/12/2024
Montante principal IRPJ a Recuperar 12/2012 a 03/2018	12.387	14.626
Atualização SELIC sobre IRPJ a Recuperar	9.538	10.830
Total	21.925	25.456

10. Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso da infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2. O demonstrativo do ativo intangível líquido, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é assim representado:

	Ativo Intangível Líquido			
	Intangível Bruto	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Taxa Média Amortização
Infraestrutura Marítima	3.271	(1.161)	2.110	5 %
Infraestrutura de Acostagem	7.059	(2.463)	4.596	5 %
Infraestrutura Terrestre	11.230	(4.074)	7.156	5 %
Infraestrutura Armazenagem	2.574	(1.032)	1.542	5 %
Equipamentos Portuários	5.643	(1.064)	4.579	5 %
Administração	22.905	(3.923)	18.982	5 %
Obras em Andamento	21.343	-	21.343	-
Outros Ativos Intangíveis	88	(45)	43	15 %
Total	74.113	(13.762)	60.351	6,3%

O quadro a seguir demonstra as mutações ocorridas no ativo intangível no curso do ano corrente:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	Ativo Intangível			Saldo 2025
	Saldo 2024	Adições	Alienações	
Infraestrutura Marítima	3.271	-	-	3.271
Infraestrutura de Acostagem	7.059	-	-	7.059
Infraestrutura Terrestre	11.230	-	-	11.230
Infraestrutura Armazenagem	2.574	-	-	2.574
Equipamentos Portuários	5.643	-	-	5.643
Administração	20.229	2.676	-	22.905
Obras em Andamento	20.278	1.065	-	21.343
Outros Ativos Intangíveis	141	-	53	88
Total	70.425	3.741	53	74.113

11. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos anteriormente a data de encerramento do exercício social, tendo como prazo médio de liquidação inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes por parte da Companhia.

12. Obrigações Tributárias

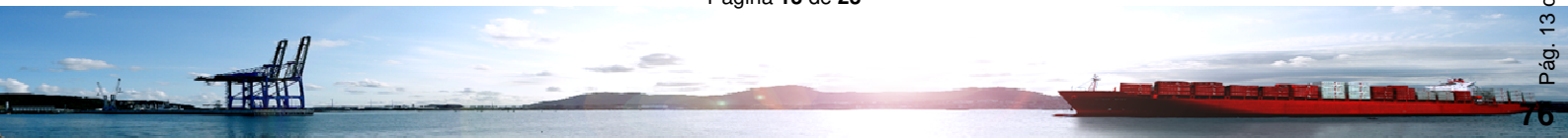
Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros, segregados conforme apresentado abaixo:

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto sobre Serviço	320	287
PIS e COFINS	597	356
Contribuição Social	645	1.022
Tributos Retidos	379	458
Total	1.941	2.123

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar; b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações; c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente pelo regime de competência.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	31/03/2025	31/12/2024
Obrigações com Pessoal	1.416	1.591
Obrigações Previdenciárias	540	591
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	2.382	2.209
Total	4.338	4.391

14. Dividendos Propostos

O Estatuto Social da Companhia, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos mínimos, de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante prévia autorização do Poder Delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Sendo assim, apresenta-se a seguir os valores reservados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A. a serem pagos após o encerramento destas demonstrações financeiras:

	31/03/2025	31/12/2024
Dividendos devidos no início do exercício social	48.209	40.565
(+) Adição de 25% do lucro líquido do exercício corrente	-	7.644
(-) Dividendos distribuídos ou creditados ao acionista	-	-
Saldo no Final do Exercício	48.209	48.209

15. Outras Obrigações

Representa outras obrigações assumidas pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. decorrentes das atividades naturais de seu negócio, compreendendo obrigações de garantias contratuais recebidas de fornecedores e obrigações de pagamento futuro a Órgãos Ambientais, oriundos de formalização de acordos para compensação ambiental de obras realizadas pela Autoridade Portuária.

	31/03/2025	31/12/2024
Compensação Ambiental a Repassar	604	524
Garantias Contratuais	130	130
Total	734	654

16. Provisão para Contingências

A Companhia reconhece como de perda provável os passivos contingentes de natureza trabalhista e regulatória, conforme detalhado no quadro abaixo:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	31/03/2025	31/12/2024
Ação Federal 5079004-49.2024.8.24.0023	288	3.000
Ação Federal 5008554.59.2021.4.04.7207	80	80
Ação Trabalhista 0000191-91.2019.5.12.0043	8	8
Ação Trabalhista 0001308-20.2019.5.12.0043	230	358
Ação Trabalhista 0000118-51.2021.5.12.0043	61	61
Total	667	3.507

17. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) como integralização do capital social de sua subsidiária integral, nos termos previstos no Art. 5º e seguintes da Lei Federal nº 6.404 de 1976. Em 19 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, ficou deliberado pelo aumento do capital social da Companhia, mediante incorporação do saldo contido em Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei Federal 6.404 de 1976 e Acórdão ANTAQ n. 373-2022 ao valor total de R\$ 97.429.387,89 (noventa e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos), detendo atualmente 97.429.387 ações ordinárias nominativas. O detalhamento do Capital Social é apresentado no quadro a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Capital Social por Subscrição dos Acionistas	50	50
Capital Social por Incorporação de Reserva de Lucros	97.379	97.379
Total	97.429	97.429

18. Reserva Legal

Corresponde aos valores destinados a constituição de Reserva Legal, correspondente a 20% do Capital Social registrado, nos termos do Art. 193 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

19. Retenção de Lucros

Registram os valores não destinados e retidos pela Companhia, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, nos termos do Art. 196 da Lei Federal nº 6.404 de 1976. Em 30 de abril de 2025, a Assembléia Geral Ordinária da SCPAR Porto de Imbituba S.A. deliberou pela destinação do montante contido em reserva de lucros, em R\$ 124.153.110,20 (Cento e vinte quatro milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e dez reais e vinte centavos) para o aumento do capital social da Companhia, de modo a atender o que prevê o Art. 199 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

20. Receita Operacional Líquida

Nos termos do Art. 2º da Lei Federal 12.973 de 2014, alterado pela redação do Decreto Lei 1.598 de 1977, apresenta-se o detalhamento da Receita Líquida da Companhia:

	1T2025	1T2024
Receita Bruta dos Serviços Portuários [a]	24.579	23.284
Receita Bruta de Construção [b]	3.742	2.271
(-) Desconto e Premiações [c]	-	(732)
(-) Tributos Diretos sobre Serviços [d]	(3.502)	(3.213)
Receita Líquida	24.819	21.610

[a] A receita bruta dos serviços portuários é compreendida pelas receitas tarifárias arrecadadas conforme exposto na nota explicativa 3.3, sendo destacado abaixo a evolução comparativa:

	1T2025	1T2024
Tabela I – Infraestrutura de Acesso Aquaviário	5.255	3.503
Tabela II – Infraestrutura de Acostagem	2.731	3.545
Tabela III - Infraestrutura Operacional e Terrestre	4.486	6.434
Tabela V - Infraestrutura de Armazenagem	105	190
Tabela VII - Diversos Padronizados	738	1.044
Tabela IX - Complementares	512	141
Arrendamento Fixo	2.828	2.719
Arrendamento Variável	7.924	5.708
Arrendamento Contratual Mínimo	-	-
Receita Bruta	24.579	23.284

[b] A receita de construção foi reconhecida no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, conforme a nota explicativa 3.4.

[c] Os valores representam os descontos e premiações concedidas nas tarifas públicas no Porto de Imbituba, especificamente na Tabela I – Infraestrutura de Acesso Aquaviário.

[d] Representa os tributos diretos incidentes sobre as receitas dos serviços portuários prestados, compreendendo a COFINS na ordem de 7,6 %, PIS em 1,65% e o ISS em 5,00 %.

21. Custos dos Serviços Portuários

O resumo dos principais custos na prestação dos serviços portuários da Companhia compreende:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	1T2025	1T2024
Consumo de Energia Elétrica	330	345
Custos com Serviços Ambientais	55	41
Custos com Serviços de Dragagem e Batimetria	2.139	1.784
Custos com Serviços de Limpeza Portuária	517	507
Custos com Serviços de Monitoramento Ambiental	393	375
Custos com Serviços de Segurança Portuária	1.198	982
Custos com Serviços de Terceiros	1.708	1.019
Custos com Manutenção das Vias de Acesso	150	62
Custos com Manutenção Civil e Elétrica	1.136	296
Custos com Manutenção em Geral	396	321
Outros Custos	326	306
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(777)	(564)
Total de Custos dos Serviços Portuários	7.571	5.474

22. Custo com Mão de Obra Direta

A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual incluí os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

	1T2025	1T2024
Salários e Ordenados	1.580	1.103
Encargos Sociais	628	629
Provisões de 13º Salário e Férias	295	317
Benefícios	453	456
Total de Custo com Mão de Obra Direta	2.956	2.505

23. Amortizações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrentes do registro contábil de acordo com o que prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da Companhia, considerando a parcela apropriada no exercício corrente:

	1T2025	1T2024
Amortização Infraestrutura Marítima	42	41
Amortização Infraestrutura de Acostagem	90	90
Amortização Infraestrutura Terrestre	141	133
Amortização Infraestrutura de Armazenagem	30	30
Amortização Equipamentos Portuários	90	89
Amortização de Outros Ativos	363	165
Total de Amortizações	756	548

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



24. Custo de Construção

O custo de construção foi reconhecido no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, em igual contrapartida aos valores de receita de construção, nos termos da orientação OCPC 05 e CPC 47, conforme apresentado na nota explicativa 3.4.

25. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da Companhia, aquela no qual incluí os empregados alocados em setores de administração da Companhia, diretorias e conselhos, são segregados abaixo:

	1T2025	1T2024
Salários e Ordenados	1.732	1.562
Remuneração da Administração	470	474
Encargos Sociais	774	614
Provisões de 13º Salário e Férias	331	315
Benefícios	607	658
Total de Despesas com Pessoal	3.914	3.623

26. Despesas Gerais e Administrativas

O resumo das principais despesas de caráter administrativo da Companhia, estão apresentados a seguir:

	1T2025	1T2024
Serviços de Terceiros	858	640
Consumo de Materiais	228	178
Publicações e Propagandas	58	120
Outras Despesas	147	483
Total de Despesas Gerais e Administrativas	1.291	1.421

27. Outras Despesas e Receitas

Registram outras despesas e receitas da Companhia, conforme apresentado no quadro abaixo:

	1T2025	1T2024
Provisão Contingências de Natureza Trabalhista	-	29
Provisão Contingências de Natureza Cível	288	-
Honorários Sucumbenciais	551	-
Outras Receitas	(28)	-
Reversão de Provisões de Contingências	(127)	-
Total de Outras Despesas e Receitas	684	29

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Dos valores registrados, a quantia de maior expressão refere-se ao reconhecimento dos valores devidos nos autos do processo judicial junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no que se refere à discussão dos honorários sucumbências decorrentes do trânsito em julgado da ação n. 5079004-49.2024.8.24.0023, os quais foram registrados os valores complementares, que totalizaram o montante total de R\$ 3.839.027,13 (três milhões, oitocentos e trinta e nove mil e vinte e sete reais e treze centavos) dos quais R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) já foram reconhecidos no exercício social de 2023 como de perda provável e devidamente contingenciados.

28. Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela Companhia durante os exercícios, sendo demonstrados conforme quadro abaixo:

	1T2025	1T2024
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.330	4.827
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(313)	(251)
Juros e Multas recebidas	23	-
Outras Receitas Financeiras	-	1
Atualização de Tributos a Recuperar	383	571
Total de Receitas Financeiras	6.423	5.148

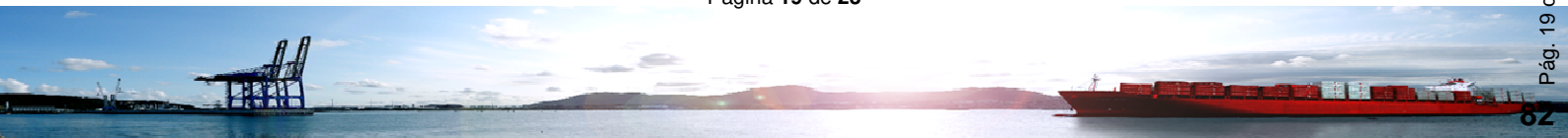
29. Tributos Sobre o Lucro

A companhia goza de imunidade tributária do imposto de renda, conforme trânsito em julgado em 19 de outubro de 2022 da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998. Desta forma, os valores devidos correspondem a Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSLL, apurado pela sistemática do Lucro Real.

	2025	2024
Resultado antes dos Tributos	10.322	10.879
(+) Adições de Despesas Não Dedutíveis	357	93
(-) Exclusões de Receitas Não Tributáveis [a]	(3.510)	(634)
(=) Base de Cálculo da CSLL	7.169	10.338
CSLL a alíquota de 9%	645	930

[a] Do valor das exclusões de receitas não tributáveis, a parcela de maior relevância correspondente a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) corresponde aos honorários de sucumbência inerentes ao trânsito em julgado do processo 5079004-49.2024.8.24.0023, os quais foram reconhecidos no resultado da Companhia em exercícios anteriores sem a devida dedutibilidade de tais quantias na apuração da contribuição social. Compreende ainda, a correção de valores de indébito tributário, através da taxa selic, sem a incidência de Contribuição Social, conforme entendimento exposto pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 962).

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



30. Gestão de Riscos Financeiros

30.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a sua capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, avaliação da Companhia, sobre as quais se fundamentam as decisões tomadas pelo Conselho de Administração.

30.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da Companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa. Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que sejam destacadas em contrário a presente nota.

30.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

31. Passivos Contingentes

31.1 Contingências de Natureza Trabalhista

Atualmente a SCPAR Porto de Imbituba S.A. figura como ré em 3 (três) processos de natureza trabalhista, considerados de perda possível ou provável, assim divididos:

a) FGTS de empregados em comissão: A administração julga como de perda provável 1 (uma) ação trabalhista oferecida por ex-empregado, o qual requerer o pagamento de FGTS da época em que ocupou cargo de provimento em comissão nesta estatal, totalizando um montante estimado de cerca de R\$ 61.230,70 (sessenta e um mil, duzentos trinta reais e setenta centavos), o qual está descrito na nota explicativa n. 16, envolvendo o processo 0000118-51.2021.5.12.0043.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

b) Responsabilidade subsidiária de serviços terceirizados: Foi provisionado e reconhecido como de perda provável a quantia aproximada de R\$ 237.751,97 (duzentos e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos) relativos aos processos trabalhistas na contratação de empresas de serviços terceirizados, cuja responsabilidade subsidiária é imputada a SCPAR Porto de Imbituba S.A, conforme autos dos 2 (dois) processos trabalhistas de n. 0001308-20.2019.5.12.0043 e 00000191- 91.2019.5.12.0043.

31.2 Suspensão de cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TIEGS

A Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. requereu a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade *take or pay* nos autos do processo 5000017-86.2017.4.04.7216. A sentença foi confirmada pelo TRF4 e o pedido julgado procedente em primeiro grau, estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto.

31.3 Suspensão de Cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TECON

A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. ajuizou ação em pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 e, obteve êxito no seu pedido formulado e desta forma, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. está deixando de receber cerca de R\$ 45 (quarenta e cinco) milhões de reais anualmente à título da parcela de Movimentação Mínima Contratual – MM em contrato com cláusula “*take or pay*”. Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 (trezentos e sessenta mil) contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. O deferimento de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo sua lucratividade, seu planejamento e reduzindo o potencial de investimentos desta estatal. As parcelas vencem todos os anos, no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho. Caso não haja reversão da decisão liminar ou ocorra o provimento final dos pedidos, haverá uma redução significativa dos recursos por parte desta Autoridade Portuária. O processo judicial está em sua fase inicial, tendo o juízo de Brasília declinado a competência para julgamento da demanda para a Vara Federal de Laguna/SC em razão da cláusula de eleição de foro prevista no próprio contrato de arrendamento. Quanto à análise, considerando a liminar concedida, entende-se que é possível a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que, neste caso, além de deixar de receber as parcelas referentes ao MMC do TECON arcará também com custas judiciais e honorários advocatícios. Em 2025, os valores em discussão junto a arrendatária representavam a importância de R\$ 202.859.168,00 (duzentos e dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e cento e sessenta e oito reais) em valores originais, relativos ao MMC apurado entre os exercícios de 2019 a 2024. Atualmente, o processo judicial n. 1025458-21.2020.4.01.3400 encontra-se suspenso, tendo em vista a existência de tratativas entre as partes para que as partes avancem em eventual solução consensual.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

32. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Com base na resolução, as autoridades portuárias deverão prover os ajustes necessários no decorrer do ano de 2017, para aplicação compulsória a partir do ano de 2018. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela Companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A Companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

33. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto, o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

34. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 e a cessão de empregados a Companhia. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal 13.303 de 2016.

35. Cobertura de Seguros

A Companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora Liberty Seguros, cuja vigência compreende o período de 15 de maio de 2024 a 15 de maio de 2025, tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquias de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Contempla ainda a cobertura para danos físicos a bens móveis e imóveis até o limite de garantia de R\$ 13.000.000,00 (Treze

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

milhões de reais) com valor em risco total da apólice de R\$ 547.484.511,90 (Quinhentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e onze reais e noventa centavos), nos exatos termos consignados na Apólice de Seguro de n. 17-93.2024.0000321. Em 07 de julho de 2025 houve a contratação de novo seguro com a seguradora Allseg Seguradora S.A. cuja vigência contempla o período de 03 de julho de 2025 a 03 de julho de 2016. tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquia de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Contempla ainda a cobertura para danos físicos a bens móveis e imóveis até o limite de garantia de R\$ 13.000.000,00 (Treze milhões de reais) com valor em risco total da apólice de R\$ 550.343.801,70 (Quinhentos e cinquenta milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e um reais e setenta centavos), nos exatos termos consignados na Apólice de Seguro de n. 1001700000002.

36. Eventos Subsequentes

Em observância ao art. 199, da Lei Federal nº 6.404/1990, no dia 30 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária do Acionista Único deliberou pela elevação do Capital Social da Companhia para R\$ 124.153.110,20 (Cento e vinte e quatro milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e dez reais e vinte centavos), mediante incorporação dos saldos existentes em Reserva de Lucros. Considerando para efeitos de julgamento de eventos subsequentes, a data de 02 de setembro de 2025.

Christiano Lopes de Oliveira

Diretor Presidente
CPF: 023.339.759-03

Alexandre Pinter

Diretor de Gestão e Finanças
CPF: 031.652.849-89

Joelson Duarte

Diretor de Planejamento e Assuntos
Regulatórios
CPF: 786.236.189-04

José João Tavares

Diretor de Infraestrutura e Operações
CPF: 215.989.409-53

Elivelton Luiz Doré

Contador CRCSC: 37.889/O-0
CPF: 079.533.439-75

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Assinaturas do documento



Código para verificação: **V82NF77M**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **JOSÉ JOÃO TAVARES** (CPF: 215.XXX.409-XX) em 02/09/2025 às 16:49:37
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/08/2021 - 12:33:20 e válido até 10/08/2121 - 12:33:20.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOELSON DUARTE** (CPF: 786.XXX.189-XX) em 02/09/2025 às 17:38:20
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/05/2025 - 16:34:18 e válido até 23/05/2125 - 16:34:18.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALEXANDRE PINTER** (CPF: 031.XXX.849-XX) em 02/09/2025 às 17:50:28
Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2019 - 18:48:55 e válido até 27/02/2119 - 18:48:55.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ELIVELTON LUIZ DORÉ** (CPF: 079.XXX.439-XX) em 03/09/2025 às 09:37:07
Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/02/2019 - 17:42:53 e válido até 21/02/2119 - 17:42:53.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA** (CPF: 023.XXX.759-XX) em 03/09/2025 às 14:42:39
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/02/2023 - 15:06:19 e válido até 10/02/2123 - 15:06:19.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQI8xMzc3MV8wMDAwMjk4OV8yOTg5XzlWmJjVfVjgyTkY3N00=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00002989/2025** e o código **V82NF77M** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.